



Relatório e Contas do Exercício de 2021

www.acasapiana.com | acasapiana@acasapiana.com |

217 622 020 | Rua António Pinho nr. 6/6c – 1500-661 Lisboa



Índice

I. Introdução	2
II. Acontecimentos Relevantes	2
III. Análise financeira	2
1. Gastos	3
2. Rendimentos	4
3. Resultados	4
IV. Conclusão	4
V. Agradecimentos	5
VI. Ata da Direção	6
VII. Parecer do Conselho Fiscal	7
CAPÍTULO 1 - Relatório de Gestão do ano 2021	8
1. Administração e Gestão	8
1.1. Recursos Financeiros e Patrimoniais	9
1.2. Investimentos, gestão e manutenção de património	9
1.3. Recursos Humanos	9
2. Relação com os Associados (as) e com o exterior	10
2.1. Relação com Associados (as)	10
2.2. Relação com o exterior	10
CAPÍTULO 2 – Respostas Sociais	11
1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Metas e Dinâmicas e Serviços prestados	11
2. Núcleo de Convívio e Partilha (NCP); Metas, Dinâmicas e Serviços prestados	11
3. Funcionamento Global	11
Considerações Finais	12
ANEXO	13
Anexo 1 - Contas 2021	14



I. Introdução

Em conformidade com a Lei e os Estatutos da ACS – Associação Casapiana de Solidariedade, IPSS, com sede na Rua António Pinho, n.ºs. 6, 6A, 6B e 6C, Parque do Monsanto, 1500-661 Lisboa, inscrita com o número de registo 26/94, em 16 de Maio de 1994 – Livro nº 5 folha nº 182 e verso considerado efetuado em 19/7/1993, conforme publicação no Diário da República nº 168, III série, a folhas 13312 de 22/7/1994, com o NIF: 503109487 e NISS 20004217089, e, em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 59º - A do Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro, vem a Direção apresentar o Relatório e Contas do Exercício referente ao ano de 2021.

O exercício de 2021 continuou a ser fortemente condicionado pela situação de pandemia que assola o país desde 2020, pelo que os desafios colocados pelo combate à crise pandémica COVID – 19, em especial à protecção dos utentes e colaboradores da ACS, estiveram sempre presentes. Ainda assim, a atitude na condução dos destinos da nossa instituição não foi completamente reactiva tendo-se, tanto quanto possível, avançado na formulação de acções e programas visando o período pós-pandemia.

Desta forma, continuamos a honrar os nossos irmãos Casapianos fundadores e a Solidariedade Gansíada. A nossa Felicidade é a Felicidade que proporcionamos aos outros.

II. Acontecimentos Relevantes

A persistência da situação pandémica é o acontecimento relevante do período em análise. As consequências – directas e indirectas – limitaram fortemente o nível de operação da ACS que, sucintamente, se traduzem no seguinte:

- Quebra do número médio de utentes, com a consequente redução de receitas;
- Forte restrição à concretização de outras respostas geradoras de receitas adicionais.

Face às limitações apresentadas, recorreu-se à venda de Património Imobiliário para suprir os resultados operacionais negativos.

III. Análise financeira

A operação da ACS para o ano de 2021 tinha como principal meta, no plano financeiro, a recuperação da situação deficitária registada no período anterior, expressa pela evolução do Resultado Líquido. A estratégia assentava na contenção dos Gastos ao nível do verificado em 2020 e na recuperação dos Rendimentos para níveis superiores aos então verificados. Todavia, a situação pandémica, que já vinha do ano anterior, manteve-se por todo o ano de 2021, registando-se uma progressiva retoma da atividade a partir de Setembro. Globalmente, os Gastos (quadro 1) foram contidos ao nível do verificado em 2020, mas o mesmo não se



verificou em relação aos Rendimentos (quadro 2), com um registo insuficiente para o projectado. O efeito combinado daqueles movimentos determinou o Resultado Líquido negativo de 20 082,01 euros para 2021, contra o valor positivo de 638,80 euros orçamentado. Ainda assim, tratou-se de uma melhoria face ao Resultado Líquido negativo de 202 993,13 euros registado em 2020 (quadro 3), influenciado pela venda de Património Imobiliário no montante de 166 500,00 euros.

Quadro 1

(€)

GASTOS (Conta / Descrição)		Real 2020	Orçamento 2021	Real 2021
62	Fornecimentos e serviços externos	762 680,56	839 270,00	743 981,78
63	Gastos com o pessoal	1 107 885,10	1 156 395,68	1 097 419,90
64	Gastos de depreciação e de amortização	171 969,75	163 763,03	167 273,11
68	Outros gastos e perdas	61 642,86	60 000,00	56 861,75
69	Gastos e perdas de financiamento	30 816,66	25 190,00	29 733,61
Total Gastos		2 134 994,93	2 244 618,71	2 095 270,15

1. Gastos

De um modo genérico, o decréscimo de actividade determinou um comportamento diferenciado para cada uma das contas e subcontas, mas a tendência foi de contenção. Programas que não foram executados, programas que não foram previstos e gestão criteriosa de custos foram os principais factores da redução de 1,86% face a 2020.

Quadro 2

(€)

RENDIMENTOS (Conta / Descrição)		Real 2020	Orçamento 2021	Real 2021
72	Prestações de serviços	1 265 951,23	1 456 050,00	1 193 710,76
75	Subsídios à exploração	375 649,30	481 976,32	517 934,33
78	Outros rendimentos e ganhos	290 401,27	307 231,19	363 543,05
Total Rendimentos		1 932 001,80	2 245 257,51	2 075 188,14



2. Rendimentos

No seu conjunto, as contas de rendimentos sofrem o efeito da redução da actividade, mas também são afectadas por outros factos não directamente associados à operação corrente, como sejam os donativos e outros apoios. Daí a disparidade de comportamentos. Mas é o desenvolvimento negativo da conta “72-Prestações de serviços” a principal determinante do resultado final, pese embora a evolução positiva das restantes contas de Rendimentos.

Quadro 3

		(€)		
RESULTADOS		Real 2020	Orçamento 2021	Real 2021
81	Resultado líquido do período	202 993,13	638,80	20 082,01

3. Resultados

O saldo global da evolução das contas de Gastos e de Rendimentos determina um Resultado Líquido que, embora signifique uma substancial recuperação em relação a 2020, fica aquém do que fora projectado. O valor negativo de 20 082,01 euros traduz o Resultado Líquido da operação da ACS em 2021.

IV. Conclusão

A situação de crise dominou o conjunto do ano de 2021, muito embora a partir de Setembro se viesse a registar alguma recuperação, nomeadamente ao nível das taxas de ocupação e de uma gestão mais rigorosa da evolução dos custos correntes, que não foi possível até à data devido à situação pandémica que se vivia. Do lado dos proveitos, a evolução desfavorável da principal rubrica (“72-Prestações de serviços”) só parcialmente foi compensada pela evolução positiva das restantes rubricas.

O Resultado Líquido negativo de 20 082,01 euros fica aquém do orçamentado para 2021, mas significa, ainda assim, uma forte recuperação em relação a 2020. Este facto pode ser um bom indicador para o exercício de 2022.



V. Agradecimentos

A ACS e os seus corpos gerentes agradecem a colaboração e o apoio das instituições nossas parceiras: ISS, IP - Segurança Social; PSP – Polícia de Segurança Pública – Posto do Bairro da Boavista; Escola Superior de Educação de Lisboa - ESELx; Universidade Católica – (Enfermagem – Lisboa); Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Cruz Vermelha Portuguesa,

Ao Banco Montepio, Associação Mutualista Montepio, ao CPAC – Casa Pia Atlético Clube e à Casa Pia de Lisboa deixamos uma referência muito especial de agradecimento e abraço Casapiano. Merecem também referência nesta secção a GALP e os demais fornecedores nossos parceiros.

Todavia, a inextinguível dedicação e profissionalismo dos colaboradores da ACS, da Direcção à Acção Directa, passando pelos Serviços de Apoio e Funcionamento e, ainda, a atitude positiva dos nossos utentes, impediram que uma situação extremamente grave resvalasse para algo muito pior. Quaisquer agradecimentos ficarão sempre aquém do devido.



VI. Ata da Direção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

ACTA Nº 331 DA REUNIÃO DE DIRECÇÃO

A 14 de Fevereiro de 2022, pelas 16,30 horas, realizou-se digitalmente, a reunião da Direção, tendo em vista a apresentação e aprovação do Relatório e Contas de 2021;..... Estiveram presentes os senhores Luís Figueiredo, Presidente, Leonel Vicente, Maria Eugénia Duarte e Nuno Miguel Carrilho, Vogais, como membros efetivos da Direção;...

1 – Reunião com o Conselho Fiscal;.....

A Direção da ACS reuniu com o Conselho Fiscal para que pudessem ser prestados os devidos esclarecimentos relativos às contas, bem como, a apreciação geral do exercício de 2021. Foram prestadas as informações solicitadas pelos membros do Conselho Fiscal e respondidas todas as suas questões;.....

2 - Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2021;.....

Foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2021. Após aprovação, o referido relatório será publicado e disponibilizado aos associados e demais interessados através dos meios de comunicação existentes (site ACS – www.acasapiana.com). O Relatório e Contas do exercício de 2021 será apresentado e discutido na Assembleia Geral Ordinária da ACS que se realiza no próximo dia 04 de Março de 2022;.....

Não havendo outros assuntos a tratar, foi encerrada a reunião de que se lavrou esta ata, a qual vai ser assinada pelos presentes;.....

O Presidente _____
(Luís Filipe da Silva Figueiredo)

O Vogal _____
(Leonel Luís dos Santos Vicente)

A Vogal _____
(Maria Eugénia Simões Vieira Duarte)

O Vogal _____
(Nuno Miguel Faria Carrilho)



VII. Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2021

Este é o Relatório da atividade do Conselho Fiscal e o seu Parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direção, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Relatório

O Conselho foi periodicamente informado do desenvolvimento das ações da Direção durante o exercício de 2021, isso permitindo-lhe considerar informativo e elucidativo o Relatório de atividades da Direção que esta lhe apresentou para apreciação.

No desempenho das suas funções o Conselho apreciou as contas do exercício de 2021, que lhe foram apresentadas pela Direção e considera-as em boa ordem e espelhando a situação financeira da Associação.

Dado o exposto, o Conselho Fiscal formula o seguinte:

Parecer

1. Que sejam aprovados o Relatório e as Contas de exercício de 2021 nos termos apresentados pela Direção.
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Direção pela qualidade que conseguiu imprimir à sua atividade nestes tempos adversos da Pandemia.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2022

O Presidente _____ (Crisóstomo Aquino de Barros)

O Vogal _____ (Tiago Filipe Gonçalves Serra Silva Figueiredo)

O Vogal _____ (José Pereira Pires)



CAPÍTULO 1 - Relatório de Gestão do ano 2021

A persistência da situação de pandemia determinou que a operação em 2021 se caracterizasse, globalmente, pela manutenção das seguintes preocupações:

- Mitigação de impactos negativos no funcionamento da ERPI e nos equilíbrios económico-financeiros da ACS;
- Prevenção de riscos e ameaças ao bem-estar e segurança dos seus utentes e colaboradores;
- Procura de recursos adicionais (humanos, financeiros, técnicos e outros) à operação.

A partir de Setembro foi possível iniciar a recuperação da taxa de ocupação na resposta social ERPI, ao mesmo tempo que, com algum alívio das condições restritivas por parte das entidades competentes. Desta forma foi possível (re)formular alguns procedimentos de funcionamento tendo já em vista uma atitude mais proactiva a desenvolver para o período de 2022.

Em todo o caso, a operação de 2021 continuou a ser fortemente caracterizada como de resistência à crise pandémica. As dificuldades ainda não foram integralmente debeladas – a situação financeira e de tesouraria merece especial atenção - mas o ano de 2021 terminou com uma perspectiva mais positiva do que começou. Isso, como acima foi referido, pode ser um bom indicador para o ano de 2022.

1. Administração e Gestão

A melhoria contínua do funcionamento e actuação da ACS é um objectivo corrente e permanente. A crise, todavia, tem obrigado à priorização das respostas de emergência – com a correspondente mobilização de recursos – forçando ao adiamento de medidas de médio e longo prazo. Sublinhe-se adiamento, não cancelamento. Há objectivos cuja concretização vem sendo adiada, remetidos de um exercício para o seguinte. Em 2021 isso de novo aconteceu, devendo salientar-se os seguintes projectos que transitarão para 2022:

- Fortalecer a resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI);
- Consolidação da resposta social Núcleo de Convívio e Partilha (NCP);
- Projeto - RACD - Residência para Adultos com Deficiência;
- Construção do Jardim e Zona Verde de Lazer.

A crise obrigou a um compasso de espera, mas não mais do que isso.

1.1. Recursos Financeiros e Patrimoniais

A sustentabilidade financeira é um dos objectivos de fundo no que respeita à estrutura da ACS, que se esperava que fosse alcançada em 2019, mas foi sendo protelada para os exercícios seguintes. Embora a situação tenha melhorado em 2021, por comparação com 2020, continua a ser um objectivo adiado. O principal obstáculo tem sido a dificuldade em rentabilizar activos subutilizados, bem como o lançamento de soluções geradoras de receitas e/ou de contenção de custos.

Desta forma, o financiamento junto do Montepio Geral continua a ser uma solução de último recurso. Também o acesso a fontes de apoio extraordinário junto de outros parceiros, públicos e privados, foi utilizado. Porém, estas soluções, por si só, não garantem a desejada sustentabilidade financeira.

Ainda assim, procurou-se, por gestão criteriosa, manter as responsabilidades dentro de limites razoáveis.

1.2. Investimentos, gestão e manutenção de património

Os principais eixos de investimento previstos para 2021 - reestruturação e modernização da lavandaria, da morgue e da central térmica da instituição e, ainda, a aquisição de uma viatura adaptada para o transporte dos residentes das respostas sociais da instituição – não puderam ser concretizados.

Só parcialmente aqueles objectivos foram alcançados e, tanto quanto possível, a acção empreendida foi meticulosa tendo em vista a salvaguarda do essencial do equilíbrio da situação económico-financeira da ACS.

1.3. Recursos Humanos

Das diversas áreas que integram o funcionamento da ERPI da ACS, os Recursos Humanos são uma das que mais sentiu o impacto da crise pandémica. Os planos de desenvolvimento global tiveram que ser adiados e/ou adaptados. O resultado, porém, dado que a prioridade passou a ser quase exclusivamente a protecção de utentes e colaboradores, mantendo-se a qualidade dos serviços prestados, pode considerar-se extremamente positivo.

O movimento de Recursos Humanos, neste contexto, não traduz o funcionamento normal do ERPI, e decorreu de modo contingencial.



2. Relação com os Associados (as) e com o exterior

2.1. Relação com Associados (as)

A relação com os Associados no ano de 2021 revestiu-se de caracterização diferente, mas manteve-se, tal como os principais mecanismos para o efeito: o Boletim “ECOS” da ACS e a nossa Newsletter, como meio de comunicação, enviada a todos os associados via e-mail e, ainda disponível para leitura no site institucional da ACS (www.acasapiana.com). O movimento de associados, em todo o caso, prosseguiu. O número de sócios activos no final de 2021 era de 990, comparado com 931 em 2020.

2.2. Relação com o exterior

As relações com o exterior, bem como os principais instrumentos utilizados, não sofreram alteração significativa. Porém, a crise trouxe novos parceiros e contactos, bem como a necessidade de enfrentar novos desafios e novos modos de cooperação.

Podemos destacar as seguintes entidades:

- Jornal “O Casapiano”;
- Ministério da Solidariedade e da Segurança Social;
- Casa Pia de Lisboa (CPL);
- Câmara Municipal de Lisboa (CML);
- Instituições da Comunidade onde estamos inseridos (Junta de Freguesia, PSP, Paróquias, Escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS);
- Fundação Liga;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Universidade ESELx;
- Universidade Católica de Lisboa (enfermagem).

CAPÍTULO 2 – Respostas Sociais

1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Metas e Dinâmicas e Serviços prestados

O objectivo para 2020, no que à ERPI diz respeito era o de operar com uma taxa de ocupação média de 95% da capacidade total (105) ou seja, 100 utentes, mantendo-se a qualidade e segurança dos serviços prestados. A taxa média de ocupação real em 2021 foi de 86 utentes, semelhante à de 2020, e inferior ao projectado. A insuficiente taxa de ocupação foi a principal determinante, pela negativa, dos resultados financeiros do funcionamento da ERPI e da ACS em 2021.

2. Núcleo de Convívio e Partilha (NCP); Metas, Dinâmicas e Serviços prestados

O Núcleo de Convívio e Partilha (NCP) sofreu, também, os efeitos da pandemia, tendo funcionado em 2021 com uma média anual de 3 utentes, muito aquém da sua capacidade. O objectivo era trabalhar a plena capacidade e, para tal, o serviço de transporte adaptado seria um instrumento valioso.

3. Funcionamento Global

Para as diferentes áreas funcionais - Direção Geral/Técnica, Serviço Social, Enfermagem, Coordenação de Equipas, Animação Sociocultural, Marketing, Administrativo e Financeiro, Manutenção e obras – previa-se uma actuação coordenada e integrada, de cujo sucesso resultaria o alcance de níveis de funcionamento superiores, com qualidade e segurança do serviço prestado modelares para o sector. Trata-se de um objectivo permanente, mas pode considerar-se que foi alcançado.

Também se perspectivava a consolidação financeira, económica e patrimonial da ACS e da ERPI. A crise pandémica, porém, pela sua intensidade e duração (na, verdade, ainda persiste) obrigou a um desvio significativo em relação aos objectivos propostos, para que quase todos os esforços se concentrassem no combate à emergência assim colocada. Os objectivos emergentes foram plenamente alcançados. Os objectivos inicialmente propostos, nem tanto, com impacto sobre a consolidação financeira.



Considerações Finais

As contas apresentadas à aprovação da Assembleia traduzem a situação financeira e contabilística da ACS – Associação Casapiana de Solidariedade, IPSS. A crise pandémica condicionou seriamente a operação referente ao ano de 2021, o que as contas revelam. Também é verdade que a crise foi enfrentada com determinação e eficácia, pelo que o próximo ano de 2022, apesar de tudo, começa com uma tónica mais positiva do que o final de 2021 permitiria conceber.

A comunidade Casapiana ergueu e mantém uma obra que a todos nos orgulha.

Associação Casapiana de Solidariedade, 14 de Fevereiro de 2022

Pela Direção:

Luís Filipe da Silva Figueiredo _____

(Presidente da ACS)



ANEXO



Anexo 1 - Contas 2021

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração Fluxos Caixa	6
Anexo	
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Investimentos	
5.1. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	12
5.1.1 Bens do domínio público	12
5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural	12
5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis	13
5.1.4 Propriedades de investimento	14
6. Ativos intangíveis	14
7. Financiamentos obtidos	15
8. Custos dos financiamentos obtidos	15
9. Inventários	16
10. Rendimentos	16
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12. Subsídios, doações e legados à exploração	17
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	17
14. Imposto sobre o rendimento	17
15. Benefícios dos empregados	17
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17. Outras Informações	

17.1. Investimentos financeiros	18
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18
17.3. Créditos a receber	18
17.4. Outros ativos correntes	19
17.5. Diferimentos	19
17.6. Caixa e depósitos bancários	19
17.7. Fundos patrimoniais	20
17.8. Fornecedores	20
17.9. Estado e outros entes públicos	21
17.10. Outros passivos correntes	21
17.11. Fornecimentos e serviços externos	22
17.12. Outros rendimentos	23
17.13. Outros gastos	23
17.14. Resultados financeiros	23
17.15. Informações genéricas	24
17.16. Acontecimentos após a data do balanço	24

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

BALANÇO
dezembro 2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5.1.3+5.1.4	4 330 555,45	4 485 987,11
Bens do património histórico e cultural.....			
Activos intangíveis.....			
Investimentos financeiros.....	17.1	14 054,93	9 897,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Outros crédito e ativos não correntes.....			
		4 344 610,38	4 495 884,78
Activo corrente:			
Inventários.....			
Créditos a receber.....	17.3	206 667,42	145 543,76
Estado e outros entes públicos.....	17.9	6 958,26	3 379,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	17.2	43 856,63	26 976,13
Diferimentos.....	17.5	5 668,60	4 740,72
Outros activos correntes.....	17.4	59 681,07	12 482,27
Caixa e depósitos bancários.....	17.6	20 297,87	423 329,07
		343 129,85	616 451,48
Total do activo		4 687 740,23	5 112 336,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		3 869,82	3 869,82
Excedentes técnicos.....			
Reservas.....			
Resultados transitados.....		-397 155,57	-194 162,44
Excedentes de revalorização.....			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....		3 263 483,42	3 374 573,78
Subsídios ao investimento		3 119 486,59	3 215 827,78
Doações		143 996,83	158 746,00
Outras variações			
		2 870 197,67	3 184 281,16
Resultado líquido do período.....		-20 082,01	-202 993,13
Total dos fundos patrimoniais	17.7	2 850 115,66	2 981 288,03
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Provisões específicas.....			
Financiamentos obtidos.....	7+8	1 179 551,41	847 462,66
Outras dívidas a pagar.....			
		1 179 551,41	847 462,66
Passivo corrente			
Fornecedores.....	17.8	194 691,70	85 318,24
Estado e outros entes públicos.....	17.9	48 316,94	32 950,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Financiamentos obtidos.....	7+8	112 799,34	876 176,23
Diferimentos.....	17.5	1 690,50	173,00
Outros passivos correntes.....	17.10	300 574,68	288 967,16
		658 073,16	1 283 585,57
Total do passivo		1 837 624,57	2 131 048,23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 687 740,23	5 112 336,26

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

ASSOCIAÇÃO CASAPIANA DE SOLIDARIEDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
dezembro 2021

Montantes expressos em EURO						
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		2021		
		2021	2020	LAR	CENTRO DIA	ACS SEDE
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados.....	10	1 193 710,76	1 265 951,23	1 140 026,32	12 020,94	41 663,50
Subsídios, doações e legados à exploração.....	12	517 934,33	375 649,30	266 034,33	12,67	231 887,33
ISS, IP - Centros Distritais		278 593,72	261 370,80	278 593,72	0,00	0,00
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários		7 039,23		7 039,23	0,00	0,00
Outras entidades públicas		24 924,52	5 645,84	401,38	12,67	24 510,47
Subsídios outras entidades		5 023,92	30 010,98	0,00	0,00	5 023,92
Doações e heranças		202 352,94	78 621,68	0,00	0,00	202 352,94
Variação nos inventários da produção.....						
Trabalhos para a própria entidade.....				0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....						
Fornecimentos e serviços externos.....	17.11	-743 981,78	-762 680,56	-715 310,10	-20 736,78	-7 934,90
Gastos com o pessoal.....	15	-1 097 419,90	-1 107 885,10	-1 037 552,23	-32 684,34	-27 183,33
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....						
Provisões específicas (aumentos/reduções).....						
Outras imparidades (perdas/reversões).....						
Aumentos/reduções de justo valor.....			0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos.....	17.12	363 543,05	290 401,27	185 545,77	6 906,07	171 091,21
Correções relativas a anos anteriores		13 408,23	12 304,24	10 096,88	68,00	3 243,35
Correções positivas de participações do ISS, IP		7 943,35	12 194,25	7 943,35	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		5 464,88	109,99	2 153,53	68,00	3 243,35
Imputação de subsídios ao investimento		99 331,18	96 341,19	91 524,27	4 816,92	2 989,99
Outros rendimentos		250 803,64	181 755,84	83 924,62	2 021,15	164 657,87
Outros gastos.....	17.13	-56 861,75	-61 642,86	-406,52	-12,84	-56 442,39
Correções relativas a anos anteriores		-251,02	-708,01	-238,47	-7,53	-5,02
Correções negativas de participações do ISS, IP				0,00	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		-251,02	-708,01	-238,47	-7,53	-5,02
Outros gastos		-56 610,73	-60 934,85	-168,05	-5,31	-56 437,37
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		176 924,71	-206,72	-141 662,43	-34 494,28	353 081,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5+6	-167 273,11	-171 969,75	-152 280,91	-11 155,96	-3 836,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 651,60	-172 176,47	-293 943,34	-45 650,24	349 245,18
Juros e rendimentos similares obtidos.....				0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados.....	17.14	-29 733,61	-30 816,66	-28 246,95	-891,96	-594,70
Resultado antes de impostos		-20 082,01	-202 993,13	-322 190,29	-46 542,20	348 650,48
Imposto sobre o rendimento do período.....						
Resultado líquido do período		-20 082,01	-202 993,13	-322 190,29	-46 542,20	348 650,48

O Contabilista Certificado 12501

A Direção

Ana F. Castro

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA dezembro 2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1 266 797,93	1 430 050,51
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-782 528,15	-879 295,22
Pagamentos ao pessoal		-686 125,13	-679 964,60
Caixa gerada pelas operações		-201 855,35	-129 209,31
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-60 994,43	-170 950,57
Outros recebimentos/pagamentos		-262 849,78	-300 159,88
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-262 849,78	-300 159,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		-2 460,00	-742,31
Activos fixos tangíveis		-2 460,00	-742,31
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:		115 950,00	8 100,00
Activos fixos tangíveis			100,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		115 950,00	8 000,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		113 490,00	7 357,69
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		200 867,33	937 194,69
Financiamentos obtidos			845 000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		200 867,33	70 113,67
Outras operações de financiamento			22 081,02
Pagamentos respeitantes a:		-454 538,75	-241 557,39
Financiamentos obtidos		-424 805,14	-210 740,73
Juros e gastos similares		-29 733,61	-30 816,66
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-253 671,42	695 637,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		-403 031,20	402 835,11
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		423 329,07	20 493,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)		20 297,87	423 329,07

O Contabilista Certificado 12501

A Direcção

Ana F. Castro

Anexo

1. Identificação da Entidade

Associação Casapiana de Solidariedade, contribuinte n.º 503 109 487, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua António Pinho nº 6, 6A, 6B e 6C, Parque de Monsanto, 1500-661 Lisboa e registada pela inscrição nº 26/94, a fl. 182 v.º do livro nº 5 das associações de solidariedade social em 19 de junho de 1993. Tem como actividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 17.4 e 17.11) e “Diferimentos” (Nota 17.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor comunicado pelo doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/Patrocinadores /doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.4. Créditos a receber e outros activos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros activos correntes”, encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos».

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.7. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.9. Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC):

“1 — Estão isentas de IRC:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins.”

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

3.2.11. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo Patrimonial. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.12. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes deverão ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem. A Entidade não tem rendas contingentes

3.2.13. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa nessa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.14. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço.

As quotas, quando aplicável, são reconhecidas no ano a que correspondem.

Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.15. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.16. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos, exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, inicialmente em Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados em rendimentos do próprio período de acordo com a depreciação do activo afecto ao investimento.

3.2.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.18 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pela Entidade foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração
- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do activo, nomeadamente, de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Investimentos

5.1 Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

5.1.1 Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não possui nem usufrui de quaisquer bem do património histórico, artístico ou cultural.

5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2021
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	5 889 568,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5 889 568,83
Equipamento Básico	375 512,50	11 230,34	0,00	0,00	0,00	386 742,84
Equipamento Transporte	166 401,70	0,00	0,00	0,00	0,00	166 401,70
Equipamento Administrativo	187 012,14	655,62	0,00	0,00	0,00	187 667,76
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	136 832,12	1 003,50	0,00	0,00	0,00	137 835,62
Activos Fixos Tangíveis em curso	8 689,70	6 690,00	0,00	0,00	0,00	15 379,70
Total	6 764 016,99	19 579,46	0,00	0,00	0,00	6 783 596,45
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 829 930,79	111 149,32	0,00	0,00	0,00	1 941 080,11
Equipamento Básico	253 767,43	29 770,98	0,00	0,00	0,00	283 538,41
Equipamento Transporte	142 271,66	16 288,79	0,00	0,00	0,00	158 560,45
Equipamento Administrativo	181 680,73	4 070,64	0,00	0,00	0,00	185 751,37
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	25 950,35	2 157,14	0,00	0,00	0,00	28 107,49
Total	2 433 600,96	163 436,87	0,00	0,00	0,00	2 597 037,83
						VL 4 186 558,62

Designação	Saldo 01/01/2020	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2020
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	5 889 568,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5 889 568,83
Equipamento Básico	353 333,28	22 179,22	0,00	0,00	0,00	375 512,50
Equipamento Transporte	175 253,85	0,00	-8 852,15	0,00	0,00	166 401,70
Equipamento Administrativo	187 012,14	0,00	0,00	0,00	0,00	187 012,14
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	133 662,18	3 169,94	0,00	0,00	0,00	136 832,12
Activos Fixos Tangíveis em curso	4 428,00	4 261,70	0,00	0,00	0,00	8 689,70
Total	6 743 258,28	29 610,86	-8 852,15	0,00	0,00	6 764 016,99
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 718 781,47	111 149,32	0,00	0,00	0,00	1 829 930,79
Equipamento Básico	226 320,26	27 447,17	0,00	0,00	0,00	253 767,43
Equipamento Transporte	126 952,22	24 171,59	-8 852,15	0,00	0,00	142 271,66
Equipamento Administrativo	177 975,65	3 705,08	0,00	0,00	0,00	181 680,73
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	23 628,68	2 321,67	0,00	0,00	0,00	25 950,35
Total	2 273 658,28	168 794,83	-8 852,15	0,00	0,00	2 433 600,96
						VL 4 330 416,03

5.1.4 Propriedades de Investimento

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições Dotações	Alienação	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2021
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	158 746,00	118 399,38	-127 646,03	0,00	0,00	149 499,35
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	158 746,00	118 399,38	-127 646,03	0,00	0,00	149 499,35
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3 174,92	3 836,24	-1 508,64	0,00	0,00	5 502,52
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3 174,92	3 836,24	-1 508,64	0,00	0,00	5 502,52
					VL	143 996,83

Designação	Saldo 01/01/2020	Aquisições Dotações	Alienação	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2020
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	158 746,00	0,00	0,00	0,00	158 746,00
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	158 746,00	0,00	0,00	0,00	158 746,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	3 174,92	0,00	0,00	0,00	3 174,92
Outras propriedades investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	3 174,92	0,00	0,00	0,00	3 174,92
					VL	155 571,08

6. Ativos Intangíveis

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2021
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
					VL	0,00

Designação	Saldo 01/01/2020	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31/12/2020
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 776,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11 776,84
					VL	0,00

7. Financiamentos Obtidos

Locações

Designação	2021			2020		
	Início período	Rendas pagas	Fim período	Início período	Rendas pagas	Fim período
Nº 117854 Viatura 35-TZ-11	6 306,20	6 306,20	0,00	12 612,40	6 306,20	6 306,20
Nº 134384 Viatura 86-VU-05	9 409,50	6 273,00	3 136,50	18 819,00	9 409,50	9 409,50
Total	15 715,70	12 579,20	3 136,50	31 431,40	15 715,70	15 715,70

Designação	Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	V. Residual	Capital em dívida		
					n/Corrente	Corrente	Total
Nº 117854 Viatura 35-TZ-11	01-12-2017	5 anos	31 531,01	5,01	0,00	0,00	0,00
Nº 134384 Viatura 86-VU-05	03-04-2019	3 anos	31 365,00	0	0,00	3 136,50	3 136,50
Total			62 896,01	5,01	0,00	3 136,50	3 136,50

8. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Em 31 de dezembro de 2021 de 2020 a Entidade registou os seguintes encargos com financiamentos obtidos:

Designação	2021	2020
Juros Suportados	29 733,61	30 816,66
De financiamentos obtidos	29 733,61	30 816,66
Locações Financeiras	0,00	0,00
Outros Financiamentos	29 733,61	30 816,66
Outros Juros	0,00	0,00
Total	29 733,61	30 816,66

Empréstimos

Designação	2021			2020		
	Início período	Rendas pagas	Fim período	Início período	Rendas pagas	Fim período
BANCO MG nº 185-36.100069-7	957 923,19	168 708,94	789 214,25	1 067 357,72	109 434,53	957 923,19
BANCO MG nº 088-30-100087-8	250 000,00	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BANCO MG nº 000-36.100934-3	500 000,00	0,00	500 000,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 707 923,19	418 708,94	1 289 214,25	1 067 357,72	109 434,53	957 923,19

Designação	Pagamento 1ª Renda	Período	Montante	Capital em dívida		
				n/Corrente	Corrente	Total
BANCO MG nº 185-36.100069-7	01-11-2018	40 meses	1 200 000,00	679 551,41	109 662,84	789 214,25
BANCO MG nº 088-30-100087-8	15-05-2020	Linha crédito	250 000,00	0,00	0,00	0,00
BANCO MG nº 000-36.100934-3	27-12-2020	72 meses	500 000,00	500 000,00	0,00	500 000,00
Total			1 950 000,00	1 179 551,41	109 662,84	1 289 214,25

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” não apresentava saldos.

10. Rendimentos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Designação	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	1 193 710,76	1 265 951,23
Quotas	41 663,50	41 891,00
Utentes e comunidade	1 152 047,26	1 224 060,23
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,00
Subsídios, doações e outros	517 934,33	375 649,30
Subsídios das Entidades Públicas	310 557,47	267 016,64
Subsídios de outras entidades	5 023,92	30 010,98
Doações e heranças	202 352,94	78 621,68
Reversões	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos	363 543,05	290 401,27
Juros, dividendos e outros	0,00	0,00
Total	2 075 188,14	1 932 001,80

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2021 não ocorreram variações relativas a provisões.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha, nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração", registados os seguintes montantes:

Designação	2021	2020
Subsídios das Entidades Públicas	296 103,29	321 392,76
Instituto da Segurança Social	285 632,95	261 370,80
ERPI	278 593,72	259 316,34
Outros Subsídios (Adaptar Social +)	7 039,23	2 054,46
Autarquias	0,00	0,00
IEFP	24 502,02	5 645,84
IAPMEI	422,50	0,00
Outras Entidades	5 023,92	30 010,98
Provedoria Casa Pia de Lisboa	5 023,92	30 010,98
	0,00	0,00
Doações e heranças	202 352,94	78 621,68
Total	517 934,33	375 649,30

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos períodos de 2021 e 2020, não houve necessidade de reconhecer alterações das taxas de câmbio porque para além do euro não foi utilizada qualquer outra moeda.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não foi contabilizado imposto retido na fonte por terceiros. A entidade encontra-se isenta de IRC com base no artigo 10º do CIRC.

15. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2021	2020
Remunerações	846 411,11	879 531,32
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	846 411,11	879 531,32
Indemnizações	0,00	226,26
Encargos sobre Remunerações	187 627,42	194 523,00
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	187 627,42	194 523,00
Seguro de A. de Trabalho	21 017,21	16 481,20
Gastos de Acção Social	1 597,25	1 505,16
Outros Gastos com o Pessoal	39 281,30	15 618,16
Total	1 095 934,29	1 107 885,10

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Entidade não dispõe nem é obrigada a dispor de Revisor Oficial de Contas.

17. Outras Informações

17.1. Investimentos Financeiros

No período de 2021 e 2020 a Entidade, de acordo com o estabelecido por lei para o Fundo de Compensação do Trabalhador (FCT) e para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS), detinha os seguintes movimentos na rubrica de "Investimentos Financeiros":

Designação	Saldo 01-01-2021	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2021
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	463,95
FCT	9 433,72	4 157,26	0,00	0,00	13 590,98
Total	9 897,67	4 157,26	0,00	0,00	14 054,93

Designação	Saldo 01/01/2020	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31/12/2020
Outros investimentos financeiros					
FRSS	463,95	0,00	0,00	0,00	463,95
FCT	6 462,10	3 988,45	0,00	-1 016,83	9 433,72
Total	6 926,05	3 988,45	0,00	-1 016,83	9 897,67

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2021 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos nas contas em referência:

Designação	2021	2020
Doadores em curso	0,00	0,00
Quotas	43 856,63	26 976,13
Total	43 856,63	26 976,13

17.3. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Créditos a receber" registavam os seguintes saldos:

Designação	2021	2020
Clientes c/c	168 258,62	121 598,22
Utentes c/c	38 408,80	23 945,54
Utentes cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas por imparidades acumuladas	0,00	0,00
Total	206 667,42	145 543,76



17.4. Outros activos correntes

A rubrica “*Outros activos correntes*” registava, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os seguintes valores:

Designação	2021	2020
Outros Instrumentos financeiros detidos p/a negociação	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00
Fornecedores	9 586,35	9 586,35
Adiantamentos a Fornecedores	2 821,29	2 821,29
Adiantam.a Fornecedores de Investimento	6 765,06	6 765,06
Pessoal	39,00	39,00
Adiantamentos ao pessoal	39,00	39,00
Outras operações com pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Juros a receber	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	0,00
Outros devedores	50 055,72	2 856,92
Outros	50 055,72	2 856,92
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	59 681,07	12 482,27

17.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “*Diferimentos*” registava os seguintes saldos:

Designação	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	5 668,60	4 740,72
Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
Total	5 668,60	4 740,72
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	1 690,50	173,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Total	1 690,50	173,00

17.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, registava os seguintes saldos:

Designação	2021	2020
Caixa	1 434,17	2 611,20
Depósitos à ordem	18 863,70	420 717,87
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	20 297,87	423 329,07

17.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2021
Fundos	3 869,82	0,00	0,00	3 869,82
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	-194 162,44	0,00	-202 993,13	-397 155,57
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 374 573,78	118 399,38	-229 489,74	3 263 483,42
Subsídios Investimento	3 215 827,78	0,00	-96 341,19	3 119 486,59
Valor de 2020	3 215 827,78	0,00	0,00	3 215 827,78
Imputação de subsídios	0,00	0,00	-96 341,19	-96 341,19
ISS	0,00	0,00	-26 746,05	-26 746,05
FEDER	0,00	0,00	-35 371,95	-35 371,95
Fundação Montepio	0,00	0,00	-200,00	-200,00
Da comunidade/Donativos	0,00	0,00	-34 023,19	-34 023,19
Doações	158 746,00	118 399,38	-133 148,55	143 996,83
Resultado líquido do período	-202 993,13	202 993,13	-20 082,01	-20 082,01
Total	2 981 288,03	321 392,51	-452 564,88	2 850 115,66

As diminuições resultam da integração em resultados transitados do resultado líquido de 2020 no valor de -€202.993,13 e das imputações de subsídios ao investimento e doações, no valor de €96.341,19 e €2.989,99, respectivamente. Ainda como diminuição registou-se a regularização de imputação de doação relativa a 2020 no valor de 2.512,53.

Os aumentos reportam-se a doações de edifícios no valor de €118.399,38.

17.8. Fornecedores

Os saldos das rubricas de "Fornecedores" e "Fornecedores de Investimentos" discriminam-se da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Fornecedores c/c	194 691,70	85 318,24
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	194 691,70	85 318,24

17.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está repartida da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA*	6 958,26	3 366,26
* ao abrigo Dec. Lei 20/90		
Outros Impostos e Tributações	0,00	13,27
Total	6 958,26	3 379,53
Passivo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	9 657,22	8 420,19
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	38 117,05	24 358,75
Outros Impostos e Tributações	542,67	172,00
Total	48 316,94	32 950,94

17.10. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2021		2020	
	n/Corrente	Corrente	n/Corrente	Corrente
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes e Utentes	0,00	70 794,11	0,00	45 143,87
Adiantamento de utentes	0,00	70 794,11	0,00	45 143,87
Fornecedores	0,00	22 581,13	0,00	18 871,89
Fornecedores de investimentos	0,00	22 581,13	0,00	18 871,89
Pessoal	0,00	287,44	0,00	186,09
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	287,44	0,00	186,09
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	142 849,83	0,00	163 240,41
Remunerações a liquidar	0,00	142 849,83	0,00	163 240,41
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar em 2021	0,00	116 936,51	0,00	131 794,87
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar em 2021	0,00	25 913,32	0,00	31 445,54
Outros Acréscimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	0,00	64 062,17	0,00	61 524,90
Total	0,00	300 574,68	0,00	288 967,16

17.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Exploração de refeitórios	266 391,05	258 384,12
Trabalhos especializados	32 108,81	19 216,19
Publicidade e propaganda		
Vigilância e segurança	87 774,44	83 190,18
Honorários	10 944,33	6 617,45
Conservação e Reparação		
Em equipamentos próprios	46 257,54	48 866,33
Serviços bancários	2 552,07	9 105,70
Outros		
Consultas utentes	22 748,62	24 499,24
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	4 776,15	5 915,04
Material de escritório	6 286,75	8 396,50
Artigos para oferta	380,76	14 427,66
Material didático		
Rouparia	4 466,31	1 906,50
Artigos saúde utentes	26 981,90	47 168,52
Jornais e revistas		
Electricidade	58 035,40	66 853,06
Combustíveis	5 273,75	5 057,03
Água	29 781,22	32 089,60
Gás	27 846,07	27 181,98
Outros	544,50	2,98
Deslocações e Estadas		
Pessoal	2 120,31	1 734,93
Utentes	2 909,50	427,45
Transportes de pessoal		1 011,68
Transportes de mercadorias		
Rendas e alugueres	2 038,90	4 677,08
Comunicação	36 134,22	33 992,04
Seguros	6 174,06	7 386,13
Contencioso e notariado	4 130,30	1 707,74
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	55 004,55	48 137,43
Outros Serviços	1 759,40	4 452,72
Atividades de animação	560,87	275,28
Total	743 981,78	762 680,56

17.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Rendimentos Suplementares	18 990,02	16 171,71
Descontos de pronto pagamento obtidos	259,98	340,73
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend.e ganhos em invest.não financeiros	229 558,64	164 592,50
Correções relativas períodos anteriores	13 408,23	12 304,24
Imputação de subsídios p/ investimento	99 331,18	96 341,19
Restituição de impostos	0,00	0,00
Ganhos em out.investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos	1 995,00	650,90
Juros, dividendos e outros rendi/os similares	0,00	0,00
Total	363 543,05	290 401,27

17.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Impostos	835,73	634,85
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	251,02	708,01
Donativos	45 550,00	60 000,00
Quotizações	225,00	225,00
Ofertas e amostras de inventários	0,00	0,00
Outros não especificados	10 000,00	75,00
Outros Juros	0,00	0,00
Total	56 861,75	61 642,86

17.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e/ou rendimentos relacionados com juros e similares com financiamento. Os juros, dividendos e outros rendimentos similares estão evidenciados no quadro 17.12.

Designação	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	29 773,61	30 816,66
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00
Total	29 773,61	30 816,66
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-29 773,61	-30 816,66

17.15. Informações genéricas

O número médio de utentes e pessoal ao serviço em 2021 e 2020 foi o seguinte:

Designação	2021		2020	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
ERPI	83	63	88	62
Centro Dia	3	3	2	3
Total	86	66	90	65

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou, como pandemia a situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19. Na presente data a situação pandémica mantém-se.

Assim, foram implementadas, a partir dessa data, medidas excecionais e temporárias, quer sociais, quer económicas, de resposta a esta situação, que deram origem a vários estados de emergência, a diversos confinamentos e regras de distanciamento social da população em geral e a apoios financeiros às entidades e famílias limitadas nas suas atividades.

Sabe-se que o COVID-19 tem um impacto significativo na atividade económica mundial em virtude dos constrangimentos causados ou mesmo impossibilidade de uma atividade em pleno. No entanto, e apesar do levantamento das restrições, ainda é exetável que subsistam alguns constrangimentos em 2022.

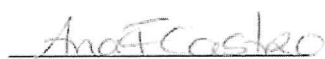
17.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Queluz de Baixo, 14 de fevereiro de 2022.

O Contabilista Certificado



As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direcção.

A Direcção

_____, ____ de _____ de 2022
